



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior) ASSISTENTE SOCIAL

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos** – 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.” (linha 4)
 - (B) “Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...” (linha 6)
 - (C) “Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.” (linha 8)
 - (D) “E os olhos não são peixes ...” (linha 18)
 - (E) “Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”. (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.” (linha 5)
 - (B) “O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.” (linhas 11 e 12)
 - (C) “...ela teria se afogado.” (linha 17)
 - (D) “E não se pode perguntar a um poema ...” (linhas 31 e 32)
 - (E) “Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “Acontece que nós seres humanos sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “A ciência também é um jogo de palavras.” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
 - (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 As discussões acerca do trabalho do assistente social nas duas últimas décadas centram-se nos debates das particularidades do Serviço Social enquanto trabalho concreto. Na atualidade, no entanto, o processo de trabalho é compreendido como
- (A) força de trabalho que contém a harmonização entre valor de uso e valor de troca.
 - (B) força motriz que é elucidada a partir da teoria crítica de David Ricardo e Adam Smith.
 - (C) trabalho que se apresenta com as contradições características de toda mercadoria entre trabalho concreto e abstrato que traduz a sociedade capitalista.
 - (D) avesso às discussões da economia política do trabalho, uma vez que não prioriza a mercadoria, e o Serviço Social passa a ser ideologia e práxis.
 - (E) significado de trabalho que se manifesta nas relações sociais entre sujeito e objeto, em que o profissional determina sua ação institucional.



- 22 O Código de Ética de 1993 busca trazer importantes e decisivas discussões sobre a intervenção do assistente social, objetivando um compromisso ético político e profissional com a classe trabalhadora, com base na dimensão e fundamento
- (A) jurídico-ideológica e na compreensão da hermenêutica social.
 - (B) jurídico-normativa e pautada na ontologia do ser social.
 - (C) interventiva-legal e voltada para a dinâmica neoliberal da vida social.
 - (D) interventiva-ideológica e na abordagem orientadora e pedagógica da intervenção.
 - (E) teórica-metodológica e como marco ético de uma nova postura crítica.
- 23 O planejamento social é desenvolvido a partir do momento em que se tomam as decisões definidas em respeito a uma realidade social determinada. Neste momento, dá-se início à sistematização das atividades e o envolvimento dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados esperados. De acordo com o grau de detalhamento de uma ação, a elaboração se caracteriza como projeto, plano ou programa. Por programa compreende-se a(o)
- (A) definição das decisões de abrangência geral do sistema, suas diretrizes, formulado de forma simples e clara, tomado para estudos setoriais e regionais de forma específica, em que são sistematizados objetivos e metas, quadros de referências das atividades desenvolvidas e tipologias e magnitude de cada ação.
 - (B) documento que materializa as ações complementares, divergentes e contraditórias de um conjunto de ações, numa atitude de racionalização de decisões, relativos à produção de algum bem ou serviço, visando resultados definidos em um determinado período de tempo e consoante os limites orçamentários, sendo mais próximo possível da execução por tratar-se de ações determinadas em um tempo e espaço institucional previamente traçadas.
 - (C) elaboração operacional de várias ações independentes entre si, frequentemente definidas por entidades de fomento à pesquisa social e pela agência financiadora. Comumente apresentam clareza gráfica dos dados, adequação e apresentação de diagnósticos sociais generalizantes e indicadores socioeconômicos, sendo compatível e coerente entre as partes e ter relação notória entre os objetivos e resultados esperados para adequação temporal e espacial determinados.
 - (D) estudo da viabilidade de uma determinada ação baseada nos objetivos mediatos e imediatos a serem alcançados, uma vez que sistematiza e delinea as decisões compatibilizadas com as metas, procurando aperfeiçoar os recursos orçamentários e adequá-los às condições concretas de sua execução.
 - (E) detalhamento, por setor, das políticas, diretrizes, metas e medidas instrumentais, sendo um desdobramento de atividades mais gerais, tendo como seus elementos básicos a síntese de informações, elaboração explícita dos papéis que cada órgão ou serviço desempenhará, objetivos gerais e específicos, estratégia e dinâmicas de trabalho, atividades desenvolvidas, definição de todos os recursos envolvidos e clareza das questões administrativas para a implementação e sustentabilidade de suas ações.
- 24 Alguns intelectuais das ciências sociais, como Cerqueira Filho e Octavio Ianni, discutem a questão social e a concebem como contradição própria da relação capital/trabalho, como igualmente é concebida pelo serviço social, considerando sua estreita relação com os debates contemporâneos das ciências sociais. Outro grupo, no entanto, apesar de admitir a premissa da contradição como determinação histórica, tende a
- (A) reduzi-la à dimensão política numa perspectiva supraestrutural, segundo a qual a resolução da questão social dá-se no campo da conquista dos direitos sociais, tendo como pressuposto a reforma social como solução a essa questão social.
 - (B) compreender a questão social limitadamente como um conjunto de problemas de natureza socioeconômica, com determinações estruturais advindas do Estado, da igreja e do mercado.
 - (C) dar respostas à questão social dentro do âmbito da filantropia das práticas sociais numa perspectiva das conjunturas históricas e econômicas e considerando o enfrentamento das classes sociais antagônicas e ao mesmo tempo conciliáveis nas suas perspectivas de mudança.
 - (D) admitir que a questão social vem tendo destaque nas relações sociais a partir das dimensões econômicas advindas da economia agrário-exportadora da formação brasileira.
 - (E) conceber as questões sociais como contrárias às lutas e aos antagonismos sociais que levam à acomodação, mas que se unem ao conservadorismo restaurador, a fim de assegurar as mudanças requisitadas pela classe trabalhadora.



- 25 Na realização de suas atribuições socioprofissionais, o assistente social mobiliza um arcabouço de saberes, em que, particularmente, a dimensão técnico-operativa tem destaque, embora as outras dimensões (teórico-metodológica e ético-política) formem uma unidade articulada e se realizem no espaço do cotidiano. As características desse cotidiano sobre o qual o profissional atua são
- (A) espontaneidade, diversidade, mediaticidade e superficialidade.
 - (B) espontaneidade, diversidade, intuição e senso comum.
 - (C) heterogeneidade, espontaneidade, intuição e fugacidade extensiva.
 - (D) heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade extensiva.
 - (E) heterogeneidade, imediaticidade, senso comum e espontaneidade extensiva.

- 26 O debate em torno do trabalho multiprofissional continua em voga, ainda que seja clara sua emergência no cenário de trabalho contemporâneo. No que diz respeito à efetivação do assistente social no trabalho multiprofissional e a alguns determinantes desse trabalho, analise às afirmativas seguintes.

- I É crescente a inserção do assistente social em espaços privados que exigem a atuação com profissionais que tenham formação somente na área social, requerendo uma intervenção com competência técnica, teórico-metodológica e ético-política.
- II O assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.
- III O assistente social, em conjunto com outros profissionais, busca compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuir para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social.
- IV O trabalho multiprofissional abrange os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida.
- V A opinião técnica do assistente social sobre o objeto de sua intervenção deve ser conjunta com outra categoria profissional na descrição de seu parecer, a fim de garantir a unicidade da equipe multidisciplinar.

Estão corretas

- (A) I, II, III e IV, somente.
- (B) I, II, III e V, somente.
- (C) I, II, IV e V, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) II, III e V, somente.

- 27 A competência como elemento constitutivo da formação do exercício profissional é formada pelas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, bem como pela sua unidade e indissociabilidade. Quanto à competência profissional como dimensão do processo de supervisão de estágio, é correto afirmar:

- (A) Envolve todas as esferas de intervenção, uma vez que é um processo associado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores acadêmicos e de campo.
- (B) Compete aos supervisores de campo e acadêmico e principalmente aos usuários opinar sobre as competências e habilidades realizadas pelos estagiários e auxiliares da prática profissional.
- (C) Para a prática da competência profissional os supervisores da academia deverão se munir de protocolos de atendimento institucional, os quais deverão conter objetivamente as habilidades éticas e teóricas no aprendizado dos estagiários.
- (D) O estágio supervisionado é direcionado pelas competências gerenciais, aptidões e funções para desempenhar conhecimentos e atributos legais constantes no projeto pedagógico da instituição empregadora.
- (E) É um conjunto de características que ajudam o indivíduo a realizar funções e tarefas na dimensão laboral do exercício do projeto político e ideológico da prática profissional do assistente social.



- 28 A imersão no trabalho institucional apresenta duas dimensões: de um lado reafirma a prática estabelecida vinda nos meandros do movimento de conceituação e, por outro lado, vai se moldando na prática da modernização. Enquanto espaço político, as instituições sociais
- (A) são organizações específicas de política social, que correspondem a organismos autônomos estruturados em torno de normas e objetivos manifestos, ocupando espaço nas relações entre Estado e sociedade.
 - (B) ocupam um espaço ideológico determinado pelos apelos da classe excludente nos bastidores das classes dos intelectuais orgânicos e da sociedade civil.
 - (C) não gozam do reconhecimento por parte do poder público, no caso das instituições privadas, pois se organizam para manter os interesses da classe dominante.
 - (D) são fenômenos superestruturais que não transversalizam com a sociedade, uma vez que aparecem como reguladoras legítimas das negociações das crises entre capital e trabalho.
 - (E) são uma patrulha ética da vida dos movimentos sociais e pessoais, viabilizada por meio da inserção do assistente social na vida pública dos usuários, por meio dos recursos do instrumental técnico-operativo como coleta de dados, estudo social e história de vida.
- 29 A temática da assessoria/consultoria no serviço social tem se expandido como emergente no cenário profissional em face das constantes demandas tanto das esferas públicas como das privadas e terceiro setor. Em relação à temática, é correto afirmar:
- (A) As demandas advindas para a profissão, embora implícitas do ponto de vista das necessidades institucionais, ainda apresentam pouca expressividade nas organizações sociais.
 - (B) Todos os profissionais envolvidos na docência têm melhores remunerações, em decorrência das suas especializações e titulações que conferem legitimidade à assessoria/consultoria.
 - (C) A requisição para atuarem na assessoria/consultoria é motivada pelo fato de os assistentes sociais dominarem, em grande escala, o campo das políticas públicas e a área da mobilização social.
 - (D) Embora seja tema recorrente na atualidade, os primeiros textos sobre a assessoria/consultoria passaram a circular nos meados dos anos 1950/1960 com o desenvolvimento de comunidade.
 - (E) A assessoria/consultoria é tema tão recorrente no serviço social que tem merecido inúmeras e variadas literaturas, tendo destaque tanto nas instituições públicas como nas privadas.
- 30 Historicamente, o estudo social é uma das maiores demandas documentais requisitadas aos assistentes sociais, quer no campo socio jurídico, quer em outras áreas que exigem estudos mais aprofundados sobre a questão em voga, pois é, segundo Mioto (2001), utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupos, consistindo na articulação de vários outros instrumentais. Dada a tendência atual de judicialização da vida e a “criminalização” da pobreza, os assistentes sociais são acionados a realizarem estudos sociais com a finalidade de
- (A) suas atribuições serem sedimentadas pelo estudo social/perícia, atendimento e orientação ao público, bem como acompanhamento social às pessoas envolvidas no processo e no assessoramento ao magistrado no atendimento às partes.
 - (B) realizar exames criminológicos, de modo a atestar se o preso e sua família apresentam algum nível de perigo à população, desvios em sua personalidade, com base em sua conduta moral, ética e comportamental na prisão e nas relações familiares.
 - (C) sentenciar acusados/as em penas e medidas alternativas e implementar a prestação de serviços à comunidade e ao sistema penitenciário.
 - (D) descobrir autores (as) de violência contra adolescentes, crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, a fim de relatar sua opinião no sentido de punir os (as) agressores (as), reforçando o encarceramento como a forma mais eficaz para o enfrentamento da questão.
 - (E) dar resposta ao Ministério Público, quando os profissionais são requisitados a relatar, com o máximo de detalhes possíveis, a violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentar seus culpados e a fala das vítimas para a produção de provas.



- 31 O indivíduo social é um produto histórico, fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade. Por meio da atividade laborativa, amplia suas experiências, faculdades e necessidades. Nesse sentido, tem-se como característica do trabalho humano a
- (A) dimensão fisiológica.
 - (B) dimensão cultural.
 - (C) valorização humana.
 - (D) subjetividade humana.
 - (E) dimensão teleológica.
- 32 Nos anos 1990, o debate pós-moderno ganha fôlego no Brasil e a emergência de críticas às correntes marxistas no campo profissional do serviço social insinuava inépcia imanente a essas correntes para enfrentar problemáticas, lacunas presentes na produção teórica. Isso se deve
- (A) a uma aprovação à ortodoxia dos marxistas brasileiros no serviço social, no sentido de ampliar a perspectiva teórica crítica.
 - (B) às tendências mais prestigiadas nos círculos acadêmicos e na indústria cultural de elevação do peso do relativismo.
 - (C) à busca da objetividade e recusa da categoria da totalidade no plano filosófico, levando à capitulação ao presente.
 - (D) às particularidades sociopolíticas brasileiras, condicionadas pela crise da autocracia burguesa e pelo amplo processo de lutas operárias e populares na transição democrática.
 - (E) ao posicionamento crítico em relação ao iluminismo, e ao fracasso das lutas políticas empreendidas pelo projeto socialista revolucionário.
- 33 O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos. Considerando que o assistente social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado, a esfera pública significa
- (A) necessariamente a organização de segmentos da sociedade civil ante projetos políticos, e portanto, a representação de interesses coletivos de grupos e classes sociais contrapostos.
 - (B) espaço de publicização de interesses homogêneos, de práticas sociais e de luta pela autonomia política em torno de projetos societários.
 - (C) criação de uma ordem autocrática que envolve a representação dos interesses coletivos na cena pública, reconhecendo os conflitos das relações.
 - (D) representação de interesses individuais e ampliação dos fóruns de decisão, para além das condutas vigentes de representação na perspectiva da mercantilização.
 - (E) um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais.
- 34 A perspectiva dialética consiste em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento seja seu curso. Nesta perspectiva, temos articuladas as categorias
- (A) pessoa, diálogo e transformação social.
 - (B) estrutura, superestrutura e estado social.
 - (C) totalidade, contradição e mediação.
 - (D) acumulação, força de trabalho e capital humano.
 - (E) ação social, relações de produção e contradição.
- 35 A construção política do serviço social se desenvolve na transversalidade, que inclui a organização da categoria em entidades representativas, entre estas
- (A) CELATS, ALAESS, CFASS, CREAS.
 - (B) ENESSO, ABEPSS, CAs, DAs.
 - (C) ABESS, CREAS, ENESSO, ALAESS.
 - (D) CBCISS, ANPOCS, CFESS, DAs.
 - (E) ENESSO, CAs, CRAS, CREAS.



- 36 Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o serviço social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social, para uma presença mais ativa da Igreja Católica, no início da década de 1930. Para a Igreja, a questão social era concebida como
- (A) ética e restaurativa.
 - (B) moral e histórica.
 - (C) moral e religiosa.
 - (D) laica e liberal.
 - (E) religiosa e filosófica
- 37 Nos anos 1980/90 era notável a influência da Fenomenologia no Serviço Social a partir de algumas categorias, entre elas, o diálogo, como práxis concreta e de reconhecimento, presente na “Nova Proposta”, sistematizada por
- (A) Maria Lúcia Martinelli.
 - (B) Creusa Capalbo.
 - (C) Anna Augusta de Almeida.
 - (D) José Lucena Dantas.
 - (E) Leila Lima.
- 38 A construção da ciência social ou das ciências sociais depende, por um lado, da reflexão sobre a realidade social no período histórico determinado e, por outro lado, das relações nas quais se constrói essa própria reflexão. O clássico que aponta que se devem distinguir os fins, os juízos de valor das operações e dos meios, em que os fins se estabelecem ou se escolhem pelo seu caráter de valor, e fazer um juízo crítico sobre ele, permitindo um conhecimento dos meios necessários para alcançar esses fins, de acordo com determinada racionalidade, trata-se de
- (A) Max Weber.
 - (B) Karl Marx.
 - (C) Talcott Parsons.
 - (D) Antonio Gramsci.
 - (E) Louis Althusser.
- 39 Na construção marxiana, o método dialético não se configura como uma estrutura independente, como um “em-si”, que se possa ser destacado do corpo da teoria social, sem que se perca sua configuração teórica metodológica. Na determinação da relação homem-natureza, o primado que ancora a ontologia marxiana é a(o)
- (A) negatividade.
 - (B) identidade.
 - (C) metafísica.
 - (D) estruturalismo.
 - (E) economia.
- 40 A proposta de “Trabalho Social” coloca como questão fundamental a transformação da sociedade. Tendo por base as categorias teóricas fundamentais, delimitam-se dois conceitos como categorias chaves em termos de orientação teórica no desenvolvimento da análise sobre essa proposta. São estes:
- (A) Ideologia e força produtiva.
 - (B) Economicismo e totalidade histórica.
 - (C) Hegemonia e intelectual orgânico.
 - (D) Partido e transformação social.
 - (E) Práxis e solidariedade orgânica.



- 4.1 Acerca do Benefício de Prestação Continuada, disciplinado na Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é correto afirmar:
- (A) Consiste na garantia de um salário-mínimo eventual e provisório à pessoa com deficiência e ao idoso que possua mais de sessenta e cinco anos e comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família.
 - (B) Uma vez concedido, a revisão do benefício se dará a cada dois anos, não podendo ocorrer a sua suspensão em virtude do beneficiário se tornar microempreendedor individual, salvo se se tratar de pessoa com deficiência.
 - (C) O benefício de prestação continuada poderá ser acumulado pelo beneficiário com outro benefício previdenciário, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
 - (D) É possível a utilização de outros elementos além da idade para comprovar a condição de miserabilidade e até da situação de vulnerabilidade do grupo familiar para fins de concessão do benefício, desde que de acordo com o regulamento.
 - (E) A família cuja renda mensal per capita seja igual a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo é considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa, salvo se esta estiver acolhida em instituições de longa permanência.
- 4.2 De acordo com a Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é correto afirmar sobre os Programas de Assistência Social:
- (A) O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) tem o objetivo de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, prevenindo o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações.
 - (B) Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência serão definidos pelos Conselhos de Assistência Social, independentemente do benefício de prestação continuada e serviços socioassistenciais.
 - (C) O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) terá abrangência nacional e será desenvolvido pela União Federal visando à retirada de crianças e adolescentes entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos em situação de trabalho.
 - (D) O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), cujas diretrizes e procedimentos estão previstos na LOAS, integra a proteção social especial e articula os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas.
 - (E) As crianças e os adolescentes em situação de trabalho, inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), não terão as situações de trabalho identificadas, para preservação da dignidade.
- 4.3 A Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determina que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente e apresenta disposições sobre a prevenção especial. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) É garantido o acesso às diversões e espetáculos públicos, independentemente de faixa etária, mas a permanência de menores de 12 anos fica autorizada, desde que na companhia dos pais ou responsáveis.
 - (B) O ECA proíbe a venda à criança ou ao adolescente de armas, explosivos, bebidas alcoólicas e fogos de artifício, mas permite a venda de fogos com reduzido potencial (estalinho, por exemplo), incapazes de provocar dano físico, e de bilhetes lotéricos.
 - (C) O poder público deverá afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição de espetáculos públicos e particulares, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
 - (D) As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas e culturais, ficando os espetáculos, neste caso, dispensados do aviso de sua classificação.
 - (E) É vedada a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, pensão ou estabelecimentos congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado dos pais ou responsáveis, inclusive para motéis.



- 44 Quanto à adoção, marque a alternativa que está em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90.
- (A) A adoção é irrevogável, salvo quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
 - (B) A adoção atribui a condição de filho ao adotado e o desliga de qualquer vínculo com pais e parentes, com a exceção dos impedimentos matrimoniais.
 - (C) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido de adoção, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos pais ou parentes da família natural.
 - (D) O ECA permite a adoção conjunta, desde que os adotantes sejam casados civilmente, bem como pelos ascendentes ou irmãos do adotando, desde que maiores.
 - (E) Além de ser vedada a adoção por procuração, é necessário que o adotante seja, pelo menos, dezoito anos mais velho que o adotando.
- 45 O Decreto nº 3.048 de 1999, que regulamenta a Previdência Social, trata dos dependentes dos segurados do Regime Geral de Previdência Social. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) O irmão do segurado pode ser considerado como dependente deste, desde que possua menos de vinte e um anos, seja inválido e não emancipado.
 - (B) Cônjuges, companheiros, pais e filhos concorrem em igualdade de condições para serem beneficiários do Regime Geral de Previdência.
 - (C) Para serem beneficiários do Regime Geral de Previdência, os dependentes do segurado devem comprovar sua dependência econômica.
 - (D) O filho e o irmão do segurado perdem a qualidade de dependente ao completarem vinte e um anos, salvo se forem inválidos.
 - (E) A perda da qualidade de dependente para o cônjuge pode ocorrer pela separação judicial ou pelo divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos.
- 46 O Decreto nº 3.048 de 1999, que regulamenta a Previdência Social, disciplinou o auxílio-doença. Acerca do tema, é correto afirmar:
- (A) O auxílio-doença será devido ao segurado que, após cumprida, quando for o caso, a carência exigida, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos.
 - (B) O portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do auxílio-doença fará jus ao benefício assim que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (C) O auxílio-doença consiste numa renda mensal e será devido a contar da data de entrada do requerimento, quando requerido após o décimo sexto dia do afastamento da atividade, para todos os segurados.
 - (D) Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, poderá transformar o auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades.
 - (E) Durante o afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário, salvo se a empresa dispuser de serviço médico próprio ou em convênio.
- 47 Quanto aos direitos e garantias estabelecidos pelo Estatuto do Idoso, é correto afirmar:
- (A) Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de setenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
 - (B) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos públicos, estágios supervisionados e trabalho voluntário.
 - (C) Todas as entidades de longa permanência são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, mas fica facultada a cobrança de participação do idoso no custeio de entidades filantrópicas.
 - (D) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel, seja para moradia própria ou para servir de fonte de renda através de locação.
 - (E) Aos maiores de sessenta anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.



- 48 O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03, estabeleceu disposições acerca dos alimentos e do direito à saúde. Sobre estes temas, e com base na lei, é correto afirmar:
- (A) Incumbe ao Poder Público e aos particulares fornecerem aos idosos, gratuitamente, medicamentos de uso continuado, próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
 - (B) É vedado exigir o comparecimento perante os órgãos públicos do idoso com mais de setenta anos, hipótese na qual, quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência.
 - (C) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
 - (D) A manutenção da saúde do idoso será efetivada por meio de atendimento domiciliar, incluindo a internação, para o impossibilitado de se locomover, salvo se abrigado por instituições públicas e filantrópicas, ficando a cargo destas o atendimento.
 - (E) Os alimentos serão prestados ao idoso com mais de setenta anos na forma da lei civil, sendo esta obrigação solidária, não podendo o idoso optar entre os prestadores, salvo quando se tratar de idoso interditado, cuja escolha caberá ao curador.
- 49 Sobre a Usucapião Especial de Imóvel Urbano, disciplinada pela Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), é correto afirmar:
- (A) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano, mas só poderá exercer este direito uma única vez.
 - (B) Apesar de o autor da ação de Usucapião Especial Urbana ter direito aos benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, ele deverá arcar com as custas perante o cartório de registro de imóveis, salvo decisão judicial em contrário, que servirá de intimação para o cartório.
 - (C) A ação de Usucapião Especial Urbana, na qual é obrigatória a intervenção do Ministério Público, poderá ser proposta pelo possuidor, bem como pela associação de moradores da comunidade, desde que regularmente constituída, com personalidade jurídica, restando presumida a autorização de seus representados.
 - (D) Para o fim de contar o prazo exigido para usucapião de núcleos urbanos informais, cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a 250m² por possuidor, é permitido ao possuidor acrescentar sua posse à de seu antecessor, desde que ambas sejam contínuas.
 - (E) A Usucapião Especial Coletiva de Imóvel Urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, ou por acordo extrajudicial com registro no cartório de registro de imóveis, ficando cada possuidor com igual fração ideal de terreno, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe.
- 50 A Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde tratou sobre os serviços privados de assistência à saúde. Sobre o tema, e em consonância com a legislação, é correto afirmar:
- (A) É permitida a participação indireta de empresas estrangeiras na assistência à saúde nos casos de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, mas neste caso é vedada a participação direta, inclusive o controle.
 - (B) Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito privado na promoção, proteção e recuperação da saúde.
 - (C) Se as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada, cuja contratação será de forma livre.
 - (D) No caso de participação complementar dos serviços privados, os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos por lei complementar.
 - (E) Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao seu funcionamento, uma vez que a assistência à saúde não é livre à iniciativa privada.